



# AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DA PRIMEIRA DÉCADA DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO MATOPIBA<sup>1</sup>

Matheus Dezidério Busca<sup>2</sup>  
Ricardo Castillo<sup>3</sup>

## RESUMO

A atual região de planejamento Matopiba teve seu início bem antes de sua proposta de delimitação pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Desde, pelos menos, o final da década de 1980, as áreas de Cerrado do centro-norte do Brasil já apareciam como uma porção do território brasileiro com elevado potencial para expansão das áreas de produção de *commodities*, com soja e milho, seguindo o modelo de produção do Centro-Oeste. Em 2015, o Governo Federal institucionaliza, por meio do Decreto Nº 8.447, a região de planejamento Matopiba. O objetivo central desta região, de acordo com o seu decreto de institucionalização, era promover o avanço da agricultura modernizada, por meio de políticas de desenvolvimento econômico e regional. objetivo deste trabalho é analisar a primeira década da região de planejamento Matopiba, a fim de verificar se a psicosfera criada entorno dessa região foram transformados, de fato, em desenvolvimento regional, ou apenas foram usados como pressuposto para um avanço desenfreado da atividade agrícola modernizada, sem levar em conta as dinâmicas particulares do lugar.

**Palavras-chave:** Agricultura científica globalizada, Desenvolvimento regional, Matopiba, Região de planejamento, Uso do território.

## ABSTRACT

The Matopiba planning region began well before its proposed delimitation by the Strategic Territorial Intelligence Group (GITE) of the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa). Since at least the late 1970s, the Cerrado areas of north-central Brazil had already emerged as a portion of Brazilian territory with high potential for expanding commodity production areas, with soybeans and corn, following the production model of the Midwest. In 2015, the Federal Government institutionalized the Matopiba planning region through Decree No. 8,447. The main objective of this region, according to its institutionalization decree, was to promote the advancement of modernized agriculture through economic and regional development policies. The objective of this study is to analyze the first decade of the Matopiba planning region to verify whether the psychosphere created around this region was, in fact, transformed into regional development, or whether it was merely used as a premise for the unbridled advancement of modernized agricultural activity, without considering the particular dynamics of the place.

**Keywords:** Globalized scientific agribusiness, Regional development, Matopiba, Planning region, Use of territory.

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa financiado, inicialmente, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, atualmente, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – número do processo: 2023/17695-3.

<sup>2</sup> Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, [m184242@dac.unicamp.br](mailto:m184242@dac.unicamp.br);

<sup>3</sup> Professor orientador: Professor Associado do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, [castillo@unicamp.br](mailto:castillo@unicamp.br).



## INTRODUÇÃO

A atual região de planejamento Matopiba teve seu início bem antes de sua proposta de delimitação pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Desde, pelos menos, o final da década de 1980, as porções do domínio morfoclimático dos cerrados (Ab'Sáber, 2003) do centro-norte do Brasil já apareciam como uma porção do território brasileiro com elevado potencial para expansão das áreas de produção de *commodities*, com soja e milho, seguindo o modelo de produção do Centro-Oeste (Haesbaert, 1997; Bernardes, 2009).

Ligado ao início do processo de formação regional, ainda nas décadas de 1980 e 90, temos o surgimento de um “discurso de sucesso” dessa região (Coy, 2020), isto é, de uma psicofera (Santos, 2023 [1996]) da produção. Denise Elias (2021) denomina esse discurso como uma psicofera do agronegócio, já que ele está ligado diretamente à intensificação da produção de *commodities* agrícolas, sobretudo da soja e do milho na região.

Em 2015, o Governo Federal institucionaliza, por meio do Decreto N° 8.447, a região de planejamento Matopiba, cujos estudos sobre a delimitação ficaram à cargo do GITE/Embrapa. O objetivo central desta região, de acordo com o seu decreto de institucionalização, era promover o avanço da agricultura modernizada e estimular a formação de uma classe média no campo, por meio de políticas de desenvolvimento econômico e regional.

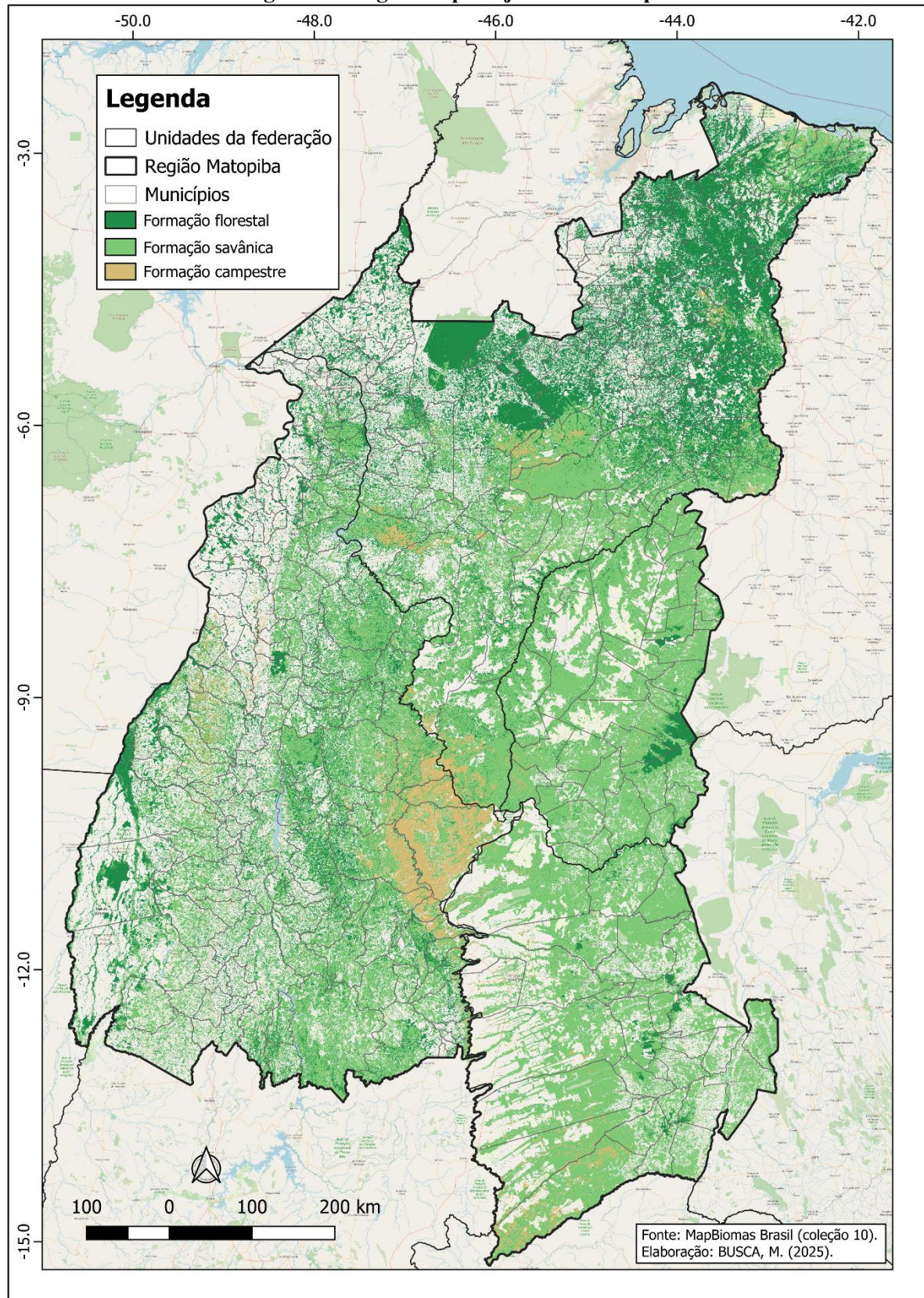
O Matopiba passa, portanto, a partir de 2015, a apresentar um limite bem definido. De acordo com a Embrapa (2014), a região possui 73 milhões de hectares, abarcando as porções oeste da Bahia, sudoeste do Piauí, sul e leste do Maranhão e todo o estado do Tocantins, totalizando 337 municípios.

No ano de sua institucionalização (2015), o Matopiba contava com cerca de 53 milhões de hectares (Mha) de áreas naturais, o que representava 72% da área total. Em relação ao ano de 2024, a participação das áreas naturais reduzem para 65% (MapBiomias Brasil, coleção 10). A **Figura 1** apresenta os limites da região Matopiba e a distribuição espacial de suas formações florestal, savânica e campestre, no ano de 2024.





**Figura 1 – Região de planejamento Matopiba.**



**Fonte:** MapBiomas Brasil (coleção 10).  
**Elaboração:** Busca, M. (2025).





A partir do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a primeira década da região de planejamento Matopiba, a fim de verificar se os “discursos de sucesso”, ou a psicofera do agronegócio (Coy, 2020; Elias, 2021), criados entorno dessa região foram transformados, de fato, em desenvolvimento regional, ou apenas foram usados como pressuposto para um avanço desenfreado da atividade agrícola modernizada, sem levar em conta as dinâmicas particulares do lugar.

Nesse sentido, é importante distinguir *desenvolvimento* de *crescimento* econômico, já que esses conceitos, embora usados como sinônimos, exprimem situações e intenções bem distintas. Desenvolvimento econômico, se refere, segundo Carlos Brandão (2011, p. 34,) ao ato de “exercitar opções alternativas”. Em outras palavras, rever, reavaliar, as opções do atual uso do território, com o objetivo de mobilizar as inúmeras possibilidades latentes de uso (Santos; Silveira, 2006 [2001]). Já o segundo, se refere justamente à manutenção deste uso do território, ou seja, a “preservação de privilégios” (Brandão, 2011, p. 34).

Uma contribuição da Geografia para a compreensão dessa região é pensarmos o Matopiba como uma expressão geográfica da modernização da agricultura e do campo, que são resultados da articulação entre Estado, Mercado (grandes corporações transnacionais) e Sociedade Civil Organizada, aqui representada pelas associações de produtores de *commodities*, como a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA).

Essa região de planejamento, portanto, está longe de representar os interesses das populações que lá habitam, mas busca apenas responder às demandas da produção mundial, sobretudo, por áreas agricultáveis e por *commodities*. Assim, sua proposta de desenvolvimento regional se transformou, na prática, em crescimento econômico para poucos municípios, mas sem que esse volume de capital fosse convertido em *desenvolvimento* socioeconômico para os municípios e suas populações.

## METODOLOGIA

A proposta desse trabalho é analisar o desenvolvimento regional da região de planejamento Matopiba em sua primeira década. Para tanto, iremos considerar uma série de variáveis divididas em três conjuntos, sendo eles: *i)* ambiental; *ii)* agrário; e *iii)* econômico. No **Quadro 1**<sup>4</sup> apresentamos as variáveis e os indicadores que foram considerados em cada um dos quatro conjuntos, bem como suas respectivas fontes.

---

<sup>4</sup> Esse quadro é uma representação simplificada e adaptada da proposta de matriz metodológica de D. Elias (2015).



**Quadro 1 – Conjunto de variáveis consideradas.**

Conjuntos	Variáveis	Indicadores	Fontes
Ambiental	Uso e ocupação da terra	Conversão de áreas naturais em agricultura	MapBiomas Brasil (2024)
	Supressão da vegetação nativa	Área de supressão da vegetação nativa Queimadas	
Agrário	Estrutura fundiária	Número e área dos estabelecimentos agropecuários	Censo agropecuário (2006 e 2017)
	Dinâmica agrícola	Quantidade produzida de soja	PAM/IBGE (2024)
Econômico	PIB municipal	PIB municipal e valor adicionado dos setores ao PIB	IBGE (2021)
	PIB <i>per capita</i>	PIB <i>per capita</i>	IBGE (2022)

**Elaboração:** Busca, M.

As variáveis levantadas foram utilizadas para a produção de gráficos e mapas, na escala dos municípios. A partir dos produtos gráficos e cartográficos, foi possível reunir as informações para a nossa discussão, que se organizou em dois momentos. No primeiro, estabelecemos um panorama geral da situação dos municípios do Matopiba, para cada conjunto de variáveis, e analisamos a dinâmica espaço-temporal a partir das variáveis de cada conjunto. A análise espaço-temporal foi realizada a partir das metodologias descritas por Marcos Ferreira (2014), e o geoprocessamento foi realizado no *software* ArcGIS Pro.

No segundo, nossos resultados foram analisados à luz de dois importantes conceitos da Geografia. O primeiro é a regulação do território (Santos; Silveira, 2006 [2001]), a partir do qual compreendemos que o Matopiba é uma porção do território nacional regulada para a agricultura modernizada, tendo em vista a demanda global de *commodities*. O que nos leva ao segundo conceito, o de região como ferramenta (Ribeiro, 2015), que demonstra que esse sistema de normas imposto à essa região tem como objetivo torná-la operacionalizável aos interesses da produção capitalista globalizada.

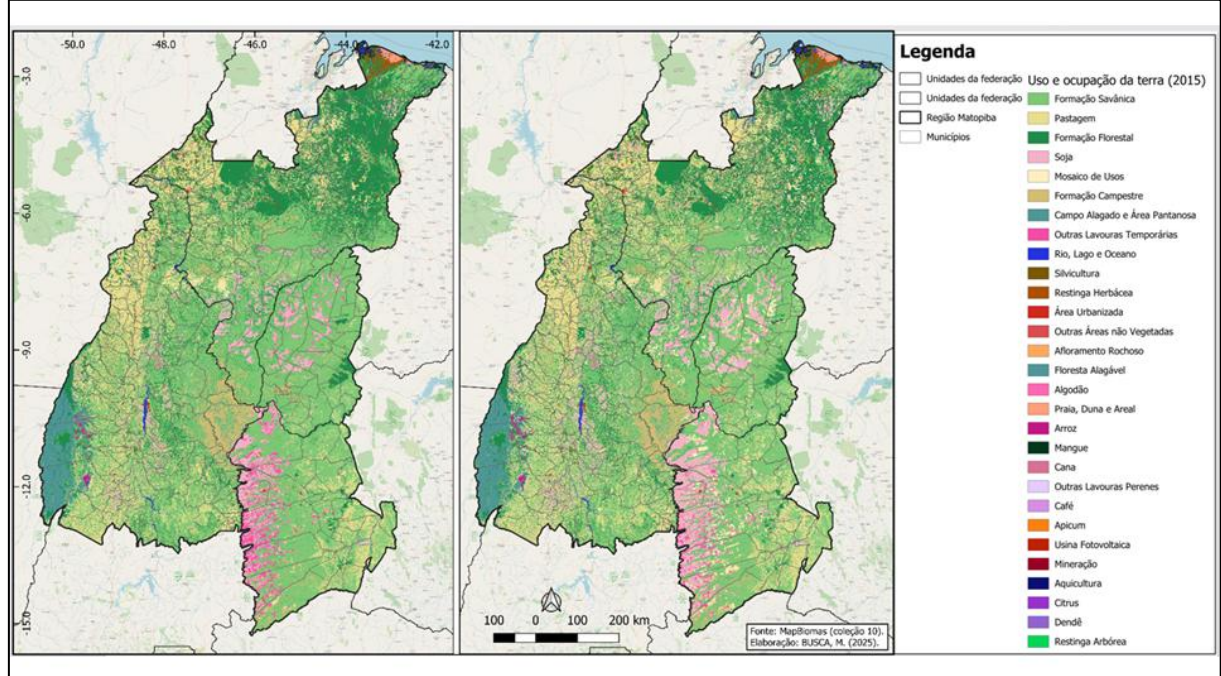
## **DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO NA REGIÃO**

O primeiro conjunto de variáveis analisado se refere à difusão do agronegócio globalizado sobre as formações naturais na região. A **Figura 2** apresenta a distribuição espaço-temporal das classes de uso e ocupação da terra, de 1985 e 2024. De acordo com a plataforma MapBiomas Brasil (colação 10), as classes que apresentaram as maiores taxas de crescimento no período foram: lavouras permanentes (46%) e silvicultura (245). Como as áreas dessas duas classes não são tão expressivas, pequenos incrementos de áreas já fazem saltar as taxas de crescimento, entretanto, destacamos que as lavouras temporárias (com destaque para soja, milho e algodão)



tiveram 21% de crescimento. Por sua vez, as três classes de formações naturais apresentaram decréscimos: formação campestre (-6%), formação florestal (-8%) e formação savânica (-11%).

**Figura 2 – Região Matopiba. Dinâmica espaço-temporal do uso e ocupação da terra (1985-2024).**



**Fonte:** MapBiomass Brasil (coleção 10).

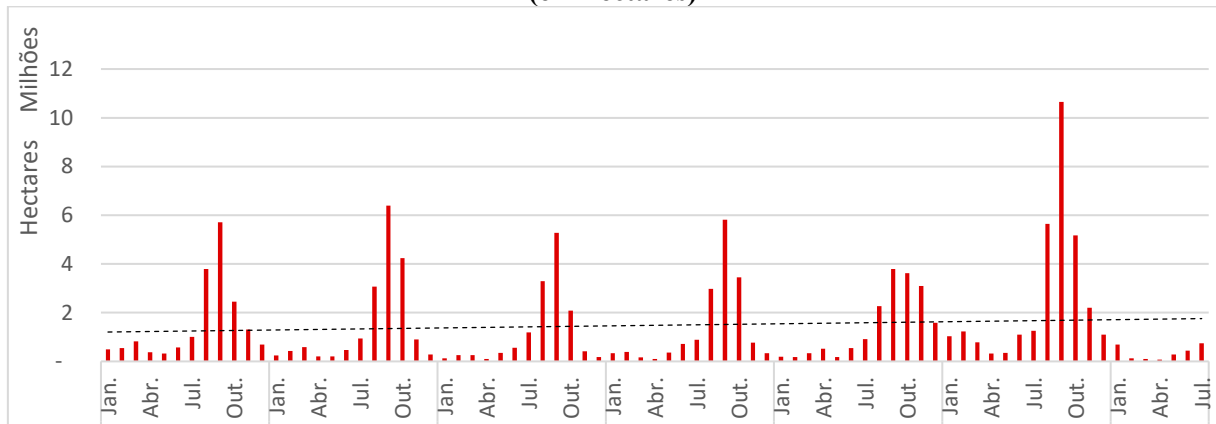
**Elaboração:** Busca, M. (2025).

De modo geral, o que se observa é o aumento constante das áreas de pastagem e de culturas temporárias, sobretudo na Bahia, no Piauí e nordeste do Maranhão. Essas áreas coincidem com as maiores densidades de supressão da vegetação nativa do bioma Cerrado (Busca; Scarin, 2025). Além disso, o **Gráfico 1** mostra que, em 2024, o mês de setembro registrou um novo recorde de área queimada, 10,6 Mha, cerca de 4,2 Mha a mais que o último recorde – registrado em setembro de 2020 (MapBiomass Brasil, coleção fogo).





**Gráfico 1 – Região Matopiba. Dinâmica mensal (jan./2019 a jul./2025) da área queimada (em hectares)**



**Fonte:** MapBiomias Brasil (coleção fogo).  
**Elaboração:** Busca, M. (2025).

Ainda em relação à supressão da vegetação nativa do Cerrado na região, de acordo com o MapBiomias Brasil (coleção 10), desde o início dos levantamentos de imagem de satélite, em 1987, o Matopiba perdeu mais de 24 Mha de áreas naturais, sendo que 26% foi apenas entre 2015 e 2024 (nove anos). A supressão da vegetação nativa apresenta uma taxa de crescimento positiva, e atingiu seu recorde em 2023, quando foram contabilizados quase 1,2 Mha desmatados.

A soja é a principal cultura produzida na região, tanto em área plantada como em quantidade produzida. Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024, a soja representou 70% da área plantada total das culturas (permanentes e temporárias) e 53% da quantidade produzida do total das culturas (permanentes e temporárias). Em relação ao ano de 2015 – ano da institucionalização da região –, a área da soja aumentou oito pontos percentuais e a quantidade produzida 13 pontos percentuais. Esses dados demonstram que a sojicultura continua a avançar constantemente para nos cerrados nordestinos.

Como apontam Coy; Töpfer & Zirkl (2020) e Elias (2023; 2025), a produção do agronegócio globalizado necessita de determinados sistemas de fixos e de fluxos (materiais e imateriais), a partir dos quais a produção, circulação e comercialização podem ocorrer de modo coordenado e racionalizado. Para tanto, as economias urbana e agrária, nas regiões produtivas (Castillo *et al.*, 2016; Elias, 2011), é reestruturada a fim de garantir que a fluidez dessa porção do espaço e que nela estejam presentes as condições econômicas, infraestruturais (técnicas) e políticas necessárias às etapas da produção.

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho é um dos principais processos decorrentes. Enquanto a produção prospera, notamos o aumento das desigualdades



socioespaciais nessas regiões produtivas. No Matopiba a situação não é diferente. O primeiro ponto a ser analisado é a concentração fundiária. De acordo com os Censo Agropecuário/IBGE (2006), 96% dos estabelecimentos agropecuários possuíam menos de 500 ha (pequenos) e apenas 2% possuíam 1.000 ou mais ha (grandes). Por outro lado, em termos de área ocupada, os pequenos estabelecimentos detêm 35% da área, enquanto os grandes, mais da metade (53%).

Nesse sentido, observamos que a região Matopiba, em geral, apresenta um elevada concentração fundiária a partir dos estabelecimentos agropecuários, já que 2% maiores, ocupam 53% da área, ao passo que aos 96% dos estabelecimentos cabem apenas 35% da área (Censo Agropecuário/IBGE, 2006).

Essa proporção, tanto do número de estabelecimentos como da área ocupada, se manteve em os levantamentos dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017. De um lado, esse fato indica que a concentração fundiária não aumentou, mas, por outro, mostra que em mais de uma década não houve nenhuma política regional de combate à concentração fundiária. Pelo contrário, pelos dados do MapBiomas Brasil (coleção 10) percebemos um aumento elevado da área ocupada por lavouras temporárias (soja, milho e algodão) e por pastagens, que, em última instância representam fundos territoriais (Moraes, 2007 [1981]) com potencial para serem utilizados pelo agronegócio globalizado para incremento das áreas plantadas.

Essa concentração fundiária é reproduzida pelo avanço da fronteira agrícola, baseada principalmente na produção de grãos, como soja, milho e algodão. A **Figura 3**, elaborada a partir dos dados da PAM/IBGE (2024), apresenta um mapa da proporção das áreas plantadas das culturas de soja, milho, algodão e a participação da área plantada de soja sobre o total da área plantada, por município.

As principais áreas de difusão da produção de *commodities* agrícolas são o oeste da Bahia – com destaque para os municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério (maior produtor de soja do Brasil)<sup>5</sup>, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães –, o sul-sudoeste do Piauí – com destaque para Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí – e o sul do Maranhão – onde se destacam Balsas e Tasso Fragoso.

Também é possível perceber que exatamente nessas porções do Matopiba e, em particular, nesses municípios, a diversidade produtiva é menor do que em comparação com outros municípios, como, por exemplo, das porções leste da Bahia, oeste e nordeste do Maranhão. Com exceção da Bahia, onde o algodão apresenta uma área plantada significativa,

---

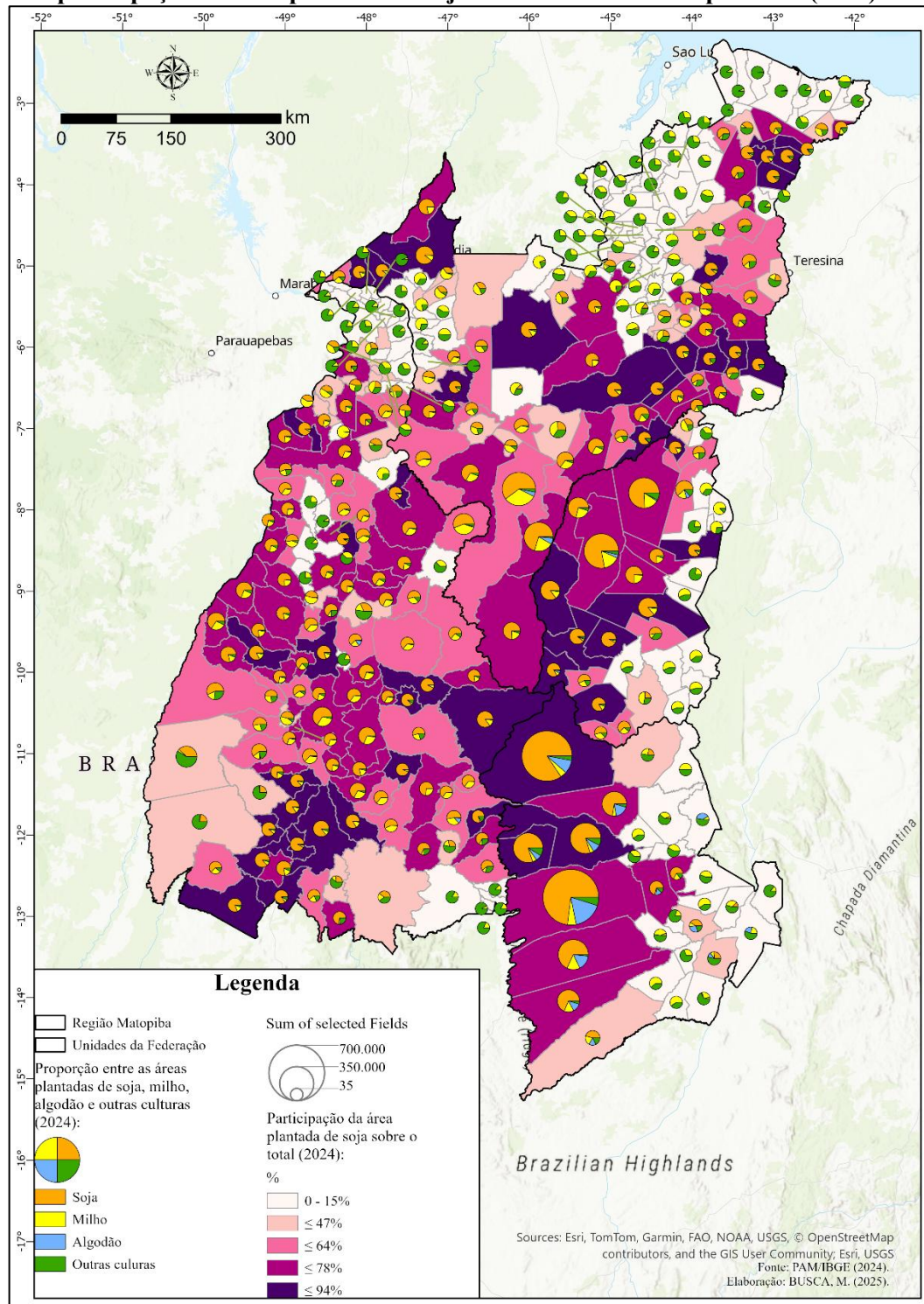
<sup>5</sup> A partir do levantamento mais recente da PAM/IBEG (2024), o município de São Desidério passou a ser o maior produtor de soja do país, posição antes ocupada por Sorriso/MT. No ano de 2024, contabilizou-se 2,092 milhões toneladas de soja, 10 mil toneladas a mais do que Sorriso.





todas as outras regiões produtivas têm o milho como cultura secundária. Em ambos os casos, é nítido a forte presença do agronegócio globalizado, em contraposição a áreas onde a produção dos grãos e das oleaginosas tem pouca importância.

**Figura 3 – Região Matopiba. Área plantada de soja, milho, algodão e outras culturas e participação da área plantada de soja sobre o total da área plantada (2024).**



**Fonte:** PAM/IBGE (2024).  
**Elaboração:** Busca, M. (2025).

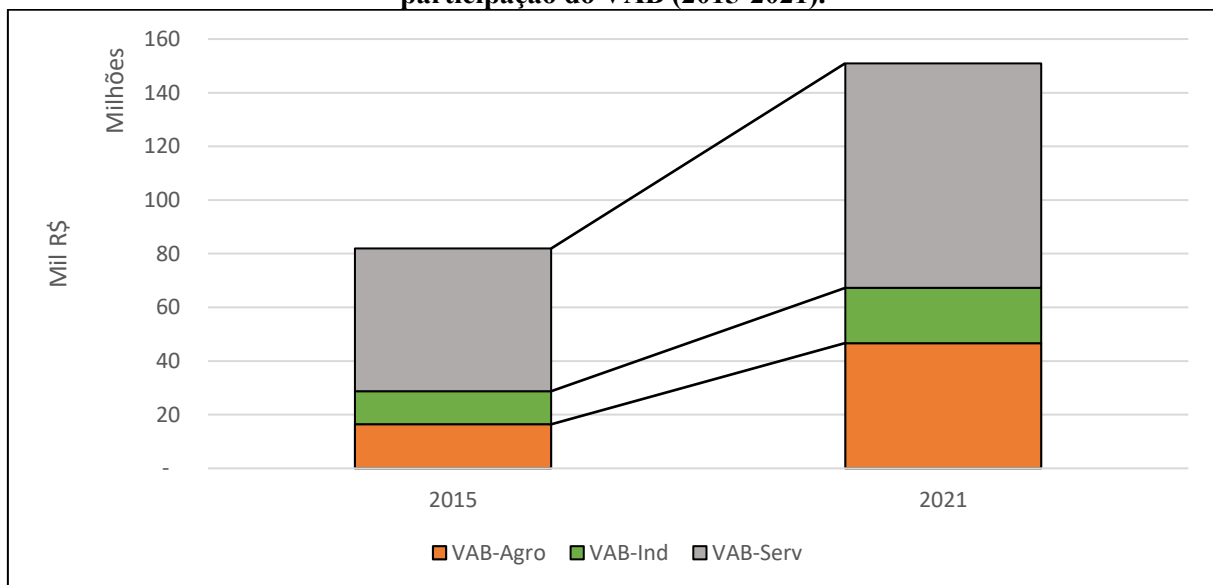


No Brasil, a difusão do agronegócio globalizado está ligada a uma pequena parcela de indústrias, exatamente aquelas relacionadas à geração de bens de capital e de produção (sementes transgênicas, fertilizantes, abudos/corretivos de pH, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, tratores, dentro outros). Essa atividade industrial não é expressiva o bastante para interferir no Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios. Além disso, muitas dessas empresas (e suas fábricas) não estão localizadas nos municípios produtores.

Por outro lado, o setor de serviços, que está diretamente relacionado ao agronegócio globalizado, altera significativamente o PIB dos municípios, pois ao longo de toda a cadeia produtiva dos grãos é demandada uma série de tipos de serviços, como financeiros, logísticos, de armazenamento, assistência técnica especializada, cotação de preços, contábeis, serviços de escritório em geral *etc.* De acordo com o levantamento do IBGE, em 2015, o setor da economia com maior valor adicionado bruto (VAB) ao PIB era o de Serviços, com cerca de R\$ 53 bilhões adicionando, o que correspondia a cerca de 60% do PIB da região.

Em 2021, esse setor ainda era o que possuía o maior VAB (R\$ 83,7 bilhões), mas sua participação se reduziu mais 50% do PIB. Nesse período (2015-2021), o setor que mais cresceu foi o Agropecuário, cujo crescimento foi de 185%, sendo responsável, em 2021, por 28% do PIB. Em comparação, o setor de Serviços cresceu 57%, menor até mesmo do que taxa de crescimento do PIB – 87% (IBGE, 2021). O **Gráfico 2** apresenta a comparação dos VAB dos setores e as suas taxas de crescimento, no período de 2015 a 2021.

**Gráfico 2 – Região Matopiba. Valor adicionado bruto (VAB) ao Produto Interno Bruto (PIB) /e participação do VAB (2015-2021).**



**Fonte:** IBGE (2021).  
**Elaboração:** Busca, M. (2025).





Há uma forte relação entre o aumento da produção dos grãos, em especial a soja, e o aumento do VAB-Agropecuária no PIB dos municípios do Matopiba. Desde a delimitação da região, em 2015, tanto o PIB como um todo aumentou, alavancado, sobretudo, pelos setores de Serviços e Agropecuária, como o VAB-Agropecuária aumentou nos principais municípios produtores. Grande parte dos municípios do oeste da Bahia, sul do Maranhão, oeste do Tocantins e sul-sudoeste do Piauí apresentaram um VAB-Agropecuária entre 40% e 93%, em 2021 (IBGE, 2021). Em comparação com 2015, os mesmos conjuntos de municípios apresentavam um VAB-Agropecuária entre 40% e 69%.

Apenas três municípios que estão nessas porções e que são grandes produtores são exceções: Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, e Balsas, no Maranhão. Nesses três casos, o setor de Serviços é o que mais contribuiu para o PIB municipal, tendo em vista que suas economias urbanas são voltadas à responder as demandas do consumo produtivo do campo modernizado. Esse dado também reforça a importância dessas cidades para o funcionamento das etapas produtivas do agronegócio globalizado. Como argumenta Elias (2011), a agricultura científica globalizada (Santos, 2001 [2000]) necessita cada vez mais das cidades, isto é, das funções urbanas, fato que corrobora com a afirmação de Coy (2020), para o qual o agronegócio é uma atividade essencialmente urbana, exceto pela produção agrícola.

Finalmente, é interessante observarmos a relação entre todo o valor gerado pelo agronegócio globalizado e a população. Em 2021, de acordo com o IBGE, o PIB *per capita* médio da região Matopiba era mais de R\$ 28 mil, tendo em vista sua baixa densidade demográfica geral e seu elevado PIB regional, concentrado, sobretudo, nos municípios do oeste da Bahia, no sul do Maranhão e em Porto Nacional e Palmas, no Tocantins.

Esses dados, por outro lado, não expressam a total realidade da região. Segundo trabalho realizado por Arilson Favareto *et al.* (2018), publicado em formato de relatório pelo Greenpeace, é possível categorizar os municípios do Matopiba em quatro classes (A: ricos; B: injustos; C: moderados; e D: pobres) de acordo com suas características socioeconômicas<sup>6</sup>. Dos 337 municípios, 196 (58%) foram considerados pobres, sendo que desses, 45% estão localizados no Maranhão.

De modo geral, todos os estados apresentam uma porcentagem parecida no que se refere à quantidade de municípios na classe D (pobres), os dois que mais se destacam são o Maranhão e a Bahia, com 65% e 60% dos municípios nessa classe, respectivamente. Outra informação interessante é que dos grandes produtores de soja, apenas três possuem índices

---

<sup>6</sup> PIB *per capita*, renda *per capita*, pobreza extrema, desigualdade de renda (índice Gini), mortalidade infantil e porcentagem da jovens (de 15 a 17 anos de idade) matriculados no Ensino Médio.



socioeconômicos acima da média (Greenpeace, 2018) – Balsas, no Maranhão, e Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia. A imensa maioria dos municípios classificados, por Favereto *et al.* (2018), com “alta produção”, possuem índices socioeconômicos abaixo da média regional.

Esses dados tornam patente que a economia do agronegócio globalizado não resulta em desenvolvimento econômico, muito menos socioeconômico. As empresas transnacionais que lá operam privatizam para si os lucros, capturando grande parte dos capitais produzidos, à medida que socializam as perdas e os impactos socioambientais às populações. A região Matopiba serviu como uma ferramenta político-ideológica para as demandas da economia política do agronegócio globalizado (Delgado, 2012).

## **REGIÃO DE PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA**

É importante salientar que embora o Matopiba contasse com um Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA-Matopiba), essa região nunca foi operacionalizada para fins de planejamento regional, seja para o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, ou para diminuição das desigualdades socioespaciais presentes naquela porção do território nacional.

Devemos entender também que a sua criação como região potencialmente operacionalizável aos interesses do agronegócio globalizado correspondeu a um interesse político de parte da, comumente denominada, bancada ruralista. É possível afirmar isso tendo em vista a dissolução de sua Comitê Gestor, em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro. Como argumenta Caio Pompeia (2021), a bancada ruralista não é um monólito, mas sim composta por uma série de aglomerações político-ideológicas que ora se unem por uma pauta em particular, ora entram em conflito.

Portanto, pensar o Matopiba como uma região passa por entender, de um lado, a dinâmica de avanço da fronteira agrícola para os cerrados do centro-norte e, de outro, como um compartimento geográfico – a região de planejamento – pode ser estrategicamente mobilizada para servir aos interesses de uma parcela de grandes empresários agrícolas. Nesse sentido, o conceito de região como ferramenta, proposto por Ribeiro (2015), torna possível compreender essa região como uma porção do espaço geográfico regulada a fim de reunião as condições técnicas, políticas e normativas para a expansão da fronteira agrícola moderna.

Ainda nessa perspectiva, podemos afirmar que o Matopiba e sua (potencial) planejamento são ferramentas da economia política do agronegócio globalizado, na medida em





que o Estado brasileiro toma para si a responsabilidade de planejar/regular uma dada porção do espaço a partir dos interesses privados de grandes produtores de *commodities* e de grandes empresas transnacionais, como as *traders*.

## CONCLUSÃO

Como conclusão, argumentamos que essa região de planejamento, embora não tenha efetivamente projetos operacionais para o desenvolvimento agropecuário, conseguiu – e ainda consegue – expandir o modelo de produção das *commodities* por meio do discurso. O Matopiba se refere muito mais a uma ideia de (suposto) sucesso para os empresários agrícolas produtores de grãos (soja, milho, algodão), do que de fato a uma região de planejamento do Estado. Há, portanto, a criação de uma psicofera do agronegócio globalizado (Elias, 2021), que funciona como motor e discurso (Coy, 2020), mascarando e escondendo as contradições perversas da acumulação capitalista no campo e na agricultura.

O fato de o Governo Lula III ter, não apenas retomado as discussões entorno do Matopiba, mas aprovado um novo PDA – agora denominado de Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial –, nos faz pensar sobre as influências dos agentes do agronegócio globalizado no Estado brasileiro, tanto os agentes da Sociedade Civil Organizada – associações de produtores e de empresas, grandes cooperativas, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FNA) e a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – como agentes do Mercado – *traders* e agroindústrias nacionais e regionais.

Ao que tudo indica, o Matopiba como região de planejamento poderá contar, pela primeira vez, com um conjunto de mecanismos que forneçam operacionalidade à região, embora ela nunca tenha precisado efetivamente dessa operacionalidade, tendo em vista o tamanho da influência do seu discurso de sucesso. De uma forma ou de outra, duas perguntas amplamente já discutidas na Geografia devem ser retomadas: o planejamento regional, no atual período histórico, serve ao quê? E a quem?

## REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidade paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERNARDES, Júlia. Fronteiras da Agricultura Moderna no Cerrado Norte/Nordeste: Descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, Júlia.; BRANDÃO FILHO, José. (orgs.). **Geografias da Soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Archimedes Edições, p.13-39, 2009.



BRANDÃO, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento Regional**, Curitiba, n. 120, p. 17-37, 2011.

BRASIL. Decreto Nº 8.447. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm). Acesso em: 11 de outubro de 2025.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas, BÜHLER, Eve-Anne, PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, vol. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

COY, M. Sob o domínio do agronegócio: uma introdução ao tema desta coletânea. In: COY, M.; BARROZO, J.; SOUZA, E. (orgs.). **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa**. Brasília: Editora IABS, p. 13-23, 2020.

COY, Martin.; TÖPFER, Tobias.; ZIRKL, Fran. Relações campo-cidade e funções urbanas em regiões do agronegócio: o caso de Sinop (Mato Grosso). In: COY, Martin.; BARROZO, João.; SOUZA, Edison. (orgs.). **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa**. Brasília: Editora IABS, pp. 33- 69, 2020.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 13, n. 02, p. 153-167, 2011.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil, **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, v. 25, n. 02, pp. 2021.

ELIAS, Denise. Formas-conteúdo e nós do agronegócio no Brasil: reflexões para debate. **Revista Geo UERJ**, n. 43, 19 pp., 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Embrapa. **Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA**. Nota técnica 1, Campinas, 18 pp., 2014.

FERREIRA, M. **Iniciação à análise geoespacial: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GREENPEACE. **Segure a Linha: a expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado**. São Paulo, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 11 de outubro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 11 de outubro de 2025.





INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Produto Interno Bruto – PIB. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 11 de outubro de 2025.

MAPBIOMAS BRASIL. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 11 de outubro de 2025.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Editora Annablume, 21 ed., 2007 [1981].

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

RIBEIRO, Ana. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (org.). **Brasil Século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2 ed., p. 194-212, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 6 ed., 2001 [2000].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4 ed., 11 reimpr., 2023 [1996].

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, María. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 9 ed., 2006 [2001].